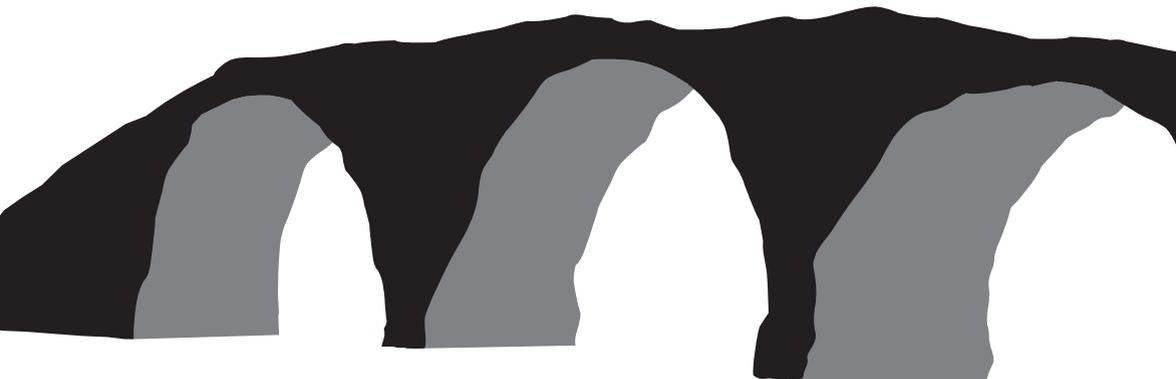


VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica  
Volume 8 | Número 2 | Julho – Dezembro 2014  
ISSN 1981-5875

**GUERRILHA DO ARAGUAIA: ARQUEOLOGIA,  
HISTÓRIA E DIREITOS HUMANOS**

**ARAGUAIA'S GUERRILLA: ARCHAEOLOGY,  
HISTORY AND HUMAN RIGHTS**

Michel Justamand  
Patricia Sposito Mechi



*Data de recebimento: 28/04/2014*  
*Data de aceite: 05/06/2014*

# GUERRILHA DO ARAGUAIA: ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E DIREITOS HUMANOS

## ARAGUAIA'S GUERRILLA: ARCHAEOLOGY, HISTORY AND HUMAN RIGHTS

Michel Justamand<sup>1</sup>  
Patricia Sposito Mechi<sup>2</sup>

---

### RESUMO

O artigo apresenta algumas considerações sobre as contribuições que a arqueologia pode oferecer ao conhecimento de um dos episódios mais sombrios da ditadura civil-militar brasileira (1964 a 1985): a guerrilha do Araguaia. Ocorrida na região norte do país na tríplice fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins (à época, norte de Goiás) e organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) a guerrilha foi a principal forma de luta contra a ditadura vislumbrada por essa agremiação política, no contexto repressivo estabelecido a partir do golpe de estado que deu início ao último período ditatorial brasileiro. Busca-se evidenciar o papel dos relatos dos camponeses na reconstituição da história de violência, nas quais estes aparecem como vítimas das arbitrariedades da violência institucional do período da ditadura militar, demonstrando que a partir desses depoimentos é possível preencher lacunas deixadas pela ausência do registro escrito e investigar, nos vestígios materiais, a repressão ao movimento guerrilheiro ocorrido no Araguaia e aos camponeses moradores da região.

**Palavras chave:** Guerrilha do Araguaia; arqueologia; história; direitos humanos.

---

1 Docente de Antropologia, vinculado ao Curso de Antropologia da UFAM - Universidade Federal do Amazonas, lotado no INC - BC Instituto de Natureza e Cultura de Benjamin Constant. Endereços: Rua General Julio Marcondes Salgado, 65, apto 52, Campos Eliseus, São Paulo-SP, CEP 01201-020, telefone fixo: (11) 38 62 72 51. [micheljustamand@yahoo.com.br](mailto:micheljustamand@yahoo.com.br)

2 Docente de História, vinculada ao Curso de História da UFT - Universidade Federal do Tocantins, lotada na sede de Porto Nacional. Endereço: Rua NC 24, Lote 25, Quadra 43, Setor Nova Capital, Porto Nacional, Tocantins, CEP: 77500-000, tel fixo: (63) 33634685. Email: [patriciam@uft.edu.br](mailto:patriciam@uft.edu.br)

## ABSTRACT

The paper presents some considerations about the contributions that archeology can offer to the knowledge of one of the darkest episodes of the Brazilian civil-military dictatorship (1964 to 1985): the Araguaia guerrilla. Occurred in the northern region in the triple border between the states of Pará, Maranhão and Tocantins and organized by the Communist Party of Brazil (PCdoB) the guerrillas was the main form of struggle against dictatorship envisioned by this policy guild, the repressive context established from the coup that started the last Brazilian dictatorial period. It seeks to highlight the role of the reports of the peasants in reconstructing the history of violence in which they appear as victims of the arbitrariness of institutional violence of the period of military dictatorship, demonstrating that it is possible to fill gaps left by the absence of written records and to investigate the repression over the guerrilleros and the local farmers.

**Keywords:** Araguaia's Guerrilla; archeology; history; human rights.

## RESUMEN

El artículo presenta algunas consideraciones acerca de las contribuciones que la arqueología puede ofrecer el conocimiento de uno de los episodios más oscuros de la dictadura cívico-militar de Brasil (1964-1985): la guerrilla Araguaia. Ocurrió en la región norte de la triple frontera entre los estados de Pará, Maranhão y Tocantins (la temporada de Goiás norte) y organizado por el Partido Comunista de Brasil (PCdoB) la guerrilla era la forma principal de lucha contra la dictadura de lo previsto por esta alianza política, el contexto represivo establecido desde el golpe de Estado que comenzó el último período dictatorial brasileño. Se pretende dar a conocer el papel de los informes de los campesinos en la reconstrucción de la historia de la violencia en las que aparezcan como víctimas de la arbitrariedad de la violencia institucional del período de la dictadura militar, lo que demuestra que a partir de estos testimonios es posible llenar los vacíos dejados por la ausencia de registros escritos e investigar las huellas materiales, la represión del movimiento de la guerrilla Araguaia en los agricultores y residentes.

**Palabras clave:** Guerrilla del Araguaia; arqueología; historia; derechos humanos.

## INTRODUÇÃO

O conhecimento de um dos episódios mais sombrios da ditadura civil-militar brasileira (1964 a 1985), a guerrilha do Araguaia, é um grande desafio a uma gama de pesquisadores de diversas áreas do saber. Trata-se de um episódio em

que as forças repressivas que nele atuaram esforçaram-se (e ainda se esforçam) para ocultar ou mesmo negar sua existência. Ocorrida na região norte do país, na tríplice fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins (à época, norte de Goiás) e organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) a guerrilha foi a principal forma de luta contra a ditadura vislumbrada por essa agremiação política, no contexto repressivo estabelecido a partir do golpe de estado que deu início ao último período ditatorial brasileiro.

Uma das dificuldades para seu conhecimento foi o assassinato da quase totalidade dos guerrilheiros que nela atuaram. Desses guerrilheiros, muitos constam nas listagens organizadas por entidades que reúnem os familiares de mortos e desaparecidos políticos daqueles anos (Comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos/instituto de estudos da violência do estado, grupo tortura nunca mais, 1996), além de relatos de assassinatos, torturas e desaparecimentos de camponeses da região.

Outra dificuldade refere-se à negação, pelos militares, de sua existência em fins da década de 1970. Quando finalmente admitiram a existência da guerrilha, eles afirmavam que os documentos sobre ela haviam sido destruídos, o que pesquisas recentes mostram não ser verdade (Morais, 2005).

Merece menção também a intimidação contínua e sistemática daqueles que vivenciaram de perto ou de longe o cotidiano da repressão: os moradores da região, em particular aqueles que foram guias do Exército durante a guerrilha e que teriam indicações dos locais onde foram mortos ou enterrados os guerrilheiros. Mesmo que muitos deles sintam-se respaldados pelas diversas ações, inclusive as da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, há ainda um número expressivo de pessoas que se negam a comentar o episódio, com medo das represálias que possam sofrer.

Entretanto, mesmo com essas dificuldades, a pesquisa vem avançando e nela é fundamental, para compreender a guerrilha e dimensioná-la com mais precisão, ouvir os camponeses. Para isso, é importante que sejam feitas abordagens interdisciplinares, em particular entre a história e a arqueologia, objeto desta reflexão.

#### ARQUEOLOGIA E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A GUERRILHA DO ARAGUAIA

A arqueologia como ciência tem seu nascedouro durante o período imperialista (Carvalho et al., 2009: 13). Momento em que alguns países europeus se lançaram às conquistas brutais, durante os séculos XVIII e XIX. Na sua origem, essa ciência definia-se como o estudo das coisas antigas (Justamand et al., no prelo) e, em suas pesquisas, teve íntima colaboração com a construção do mundo burguês, com a legitimação da dominação europeia sobre os demais povos do mundo. A

arqueologia também esteve vinculada a posições conservadoras ou reacionárias e não poucas vezes esteve a serviço “da opressão de indígenas, mulheres, pobres, minorias diversas e mesmo maiorias variadas” (Funari, 2013: 23), além de ter sido manipulada por militares em muitos momentos (Funari et al., no prelo). Alguns métodos arqueológicos eram baseados em formulações de oficiais das forças armadas que fizeram os trabalhos de “campo” (Zarankin et al., 2009: 33).

Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, a arqueologia vinculou-se cada vez mais às demandas colocadas pelos movimentos sociais, colaborando na afirmação dos direitos dos povos, minorias, negros, indígenas, mulheres, atuando em favor dos direitos humanos (Funari et al., no prelo), no resgate da história dos excluídos e dos oprimidos (Justamand et al., no prelo). Exclusão e opressão pelas quais passaram os camponeses e os militantes durante a Guerrilha do Araguaia.

Por meio dos mais variados vestígios encontrados graças às escavações – muitas vezes a partir de indicações e sugestões de pessoas comuns (Mechi, 2012) ou graças a empreendimentos imobiliários – podem recuperar-se elementos da história pregressa de uma dada região. No caso da região do Araguaia, como já fora observado nos depoimentos expostos por Mechi, que muitas vezes contrariam a História oficial (Justamand et al., no prelo).

A arqueologia tornou-se uma ferramenta muito útil à sociedade, inclusive para sua transformação, na medida em que ela possui um potencial para mudar pontos de vista, ao trazer à tona aquilo que o documento escrito e os depoimentos não revelam. Estudos feitos por pesquisadores engajados nessa temática podem apresentar relevantes reflexões políticas e sociais (Soares et al., 2009).

No caso da guerrilha da região do Araguaia, os estudos arqueológicos podem permitir a oportunidade de reconstruir a história das pessoas, que até então estão “sem história”, porque a repressão militar buscou apagar sua existência. Os vestígios analisados poderão apontar o modo pelo qual os mecanismos de repressão política funcionavam (Idem: 32) e podem também encontrar outros vestígios inesperados dos desaparecidos que comporão a memória do estado de terror pelo qual passaram os camponeses e militantes do Araguaia.

Sobre os vestígios encontrados na região do Araguaia a arqueologia tem muito a contribuir porque é a ciência responsável pela recuperação, documentação, análise e interpretação dos remanescentes e também dos dados ambientais que compõem o contexto humano da época (Dias Filho, 2009: 51).

Partindo de um viés processualista, fundamentado em novos modos de se ver e também dos fazeres da arqueologia, desenvolvidos desde meados do século passado, pode-se incluir a interdisciplinaridade nas discussões e nas análises arqueológicas (Funari et al., no prelo). Assim, arqueologia passou a se

preocupar mais com os depoimentos das famílias das vítimas, tomando-os como eixos fundamentais para as pesquisas, respeitando os padrões culturais, sociais e religiosos das comunidades estudadas. (Idem). Da mesma forma, a Antropologia Forense também contribui para as análises arqueológicas. No caso da região do Araguaia, essa nova visão arqueológica possibilitou a intervenção forense com grande maestria.

#### ARQUEOLOGIA, DIREITOS HUMANOS E A GUERRILHA DO ARAGUAIA

A Arqueologia tem se mostrado uma grande aliada dos direitos humanos na América Latina, em particular ao oferecer seu aporte teórico e metodológico para desvendar os mecanismos de repressão e resistência que vigoraram nos regimes ditatoriais durante as décadas entre 1960 e 1980 (Justamand et al., no prelo). É assim que vemos a importância da ciência arqueológica ligada às questões da Guerrilha do Araguaia.

Tal ciência traz, atualmente, novas dimensões para os estudos sobre as ditaduras militares no continente. Contribuindo na elucidação de aspectos que a documentação escrita ou oral nem sempre esclarecem, especialmente nos casos onde a documentação ainda é muito fragmentária.

Nesses casos, os saberes arqueológicos estabelecem uma interface importante com a História, evidenciando outros prismas de análise em que se privilegiam os vestígios materiais, contribuindo para esclarecer os procedimentos repressivos dos regimes ditatoriais.

Nota-se isso por meio do exame das ossadas encontradas, por exemplo; contudo, sua contribuição vai além da identificação dos desaparecidos. São importantes também os vestígios deixados nos locais onde se praticaram torturas e/ou assassinatos, além de possíveis análises técnicas dos instrumentos abandonados em porões dos centros clandestinos de detenção (Zarankin et al., 2008), inscrições e marcas deixadas em paredes (S. Navarrete et al., 2008), as roupas usadas, os mobiliários, entre outros. Assim, a ciência arqueológica ajuda na recuperação da História e da memória dos desaparecidos e na compreensão dos sistemas repressivos (Justamand et al., no prelo), especialmente sobre a documentação fragmentária deixada pelas ditaduras se espera das investigações arqueológicas as contribuições esclarecedoras dos procedimentos repressivos e a recuperação da História dos desaparecidos (Carvalho et al. 2009).

O desvendamento dos desaparecimentos provocados pelas ditaduras militares tem sido reivindicado por segmentos sociais engajados em movimentos de memória de verdade, surgidos em diversos países após o fim das ditaduras (Justamand et al. no prelo).

Algumas pesquisas já foram levadas a cabo por equipes de arqueólogos forenses na região da Guerrilha. No histórico dos moradores da região está “inscrita” a obrigação de trabalhar para os militares durante a ditadura. Recentemente, as pesquisas das equipes que atuaram na região levantaram que 21 guerrilheiros teriam sido presos pelas Forças Armadas e, dentre eles, 18 foram vistos circulando pelas bases militares. Todos estão desaparecidos e não há registros oficiais sobre essas mortes (Ministério Público Federal, 2002).

Essas pesquisas conseguiram seguir em frente graças à pressão exercida fortemente pelos familiares que levou, em 1995, à aprovação da Lei nº 9140, de dezembro de 1995 (Idem), dando subsídios para que, no ano seguinte, fosse montada uma operação na região, para a qual se contratou o E. A. A. F. – Equipo Argentino de Antropologia Forense. Na ocasião foram localizados os restos mortais de duas pessoas: Maria Lucia Petit, identificada em 1996, e a ossada de Bergson Gurjão Farias, identificada apenas em 2009 (Justamand et al., no prelo).

Em 2001, a partir das necessidades apontadas pelas ações anteriores, novas investigações foram feitas na área da guerrilha do Araguaia, e outros locais foram escavados num trabalho realizado pelos arqueólogos do Museu Emílio Goeldi. Entretanto, nessa ocasião não se encontraram evidências de que nos locais escavados tivesse havido sepultamento. As mudanças na paisagem depois de quarenta anos do início da guerrilha e a necessidade de maiores recursos tecnológicos dificultaram os trabalhos. Apesar de terem sido levantadas informações sobre nove militantes sepultados ou vistos pela última vez na base militar de Bacaba<sup>3</sup>, outros seis foram vistos ou enterrados em Xambioá, e quatro militantes em outros locais (Ministério Público Federal, 2001).

Novo fôlego para as investigações dos desaparecidos na guerrilha do Araguaia foi dado em 2010, graças à condenação do Estado brasileiro na Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos. O motivo foi por não ter punido os responsáveis pela morte e desaparecimento de 62 pessoas. De acordo com Mechi, “a sentença determina que o Estado brasileiro realize todos os esforços para determinar o paradeiro das vítimas e identificar e entregar os restos mortais aos seus familiares, além de prestar atendimento

---

3 Bacaba era uma das bases que as Forças Armadas instalaram na região. Funcionando na fazenda de mesmo nome, lá foram mantidos presos e torturados cerca de 300 moradores da região. O Tenente-Coronel José Vargas Gimenez, que admitiu ter torturado prisioneiros, relata que: “As técnicas de interrogatório a que eram submetidos os guerrilheiros em Bacaba consistiam em choques com corrente elétrica gerada por baterias de telefones de campanha portáteis; telefone, que consistia em dar tapas com força, simultaneamente, nos ouvidos, com as mãos abertas; colocá-los em pé, descalços, em cima de duas latas de leite condensado, apoiando-se somente com um dedo na parede; dar-lhes socos em pontos vitais como fígado, rins, estômago, pescoço, rosto e cabeça; além de fazê-los passar fome e sede.” (Jiménez, 2007: 56).

médico, psicológico e psiquiátrico, quando necessário” (Mechi, 2013).

A partir dessa condenação foi criado o Grupo de Trabalho Araguaia, GTA, coordenado conjuntamente pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e pelos Ministérios da Justiça e Defesa. O grupo conta com o apoio de equipe técnica pericial e as expedições são acompanhadas por familiares dos mortos e desaparecidos da guerrilha e representantes do Ministério Público Federal (MPF). Ao todo, já foram realizadas cinco expedições na região, muitas delas no cemitério de Xambioá (Justamand et al., no prelo).

O trabalho ainda inconcluso do GTA já resgatou 25 ossadas que aguardam identificação em Brasília. O foco dos trabalhos é a identificação das ossadas dos desaparecidos políticos. Trabalhos estes que podem ser continuados e ampliados por especialistas interessados na elucidação das violações dos Direitos Humanos no último período ditatorial, contribuindo para a reconstrução da história ainda emudecida da região.

Entre os muitos vestígios passíveis de serem analisados estão: as garrafas, os medicamentos, os projéteis, as pilhas, os recipientes de comida vazios, avaliados pelo GTA como indicativos da existência de uma base de comunicação militar no local (Grupo De Trabalho Araguaia, 2012). Vestígios que aguardam novos interessados no desenvolvimento da pesquisa arqueológica e forense do Araguaia.

#### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA DA GUERRILHA

A guerrilha foi reprimida pelas Forças Armadas, com clara preponderância do Exército, e contou com a colaboração das forças policiais locais dos estados de Goiás e Pará, além de camponeses, estes últimos forçados a colaborar sob pena de prisão, tortura e morte.

A produção acadêmica e militante – que em muitos casos se confunde ao tratar do tema da guerrilha, já que muitos dos primeiros estudiosos do tema como Jacob Gorender, Daniel Aarão Reis filho, entre outros, também foram militantes – centrou-se inicialmente na experiência dos guerrilheiros, dada a escassez de fontes documentais disponíveis para a pesquisa que revelasse a participação de outros grupos. As primeiras publicações se basearam em relatos dos poucos militantes que conseguiram escapar da área e na pequena documentação produzida pelo PCdoB que estava disponível até então. Uma segunda fase de estudos sobre a guerrilha teve início em 2005, a partir da revelação de um grande volume de fontes documentais do Exército sobre o episódio, guardadas por um dos comandantes da repressão à guerrilha: o general Antônio Bandeira. Tratou-se de um grande avanço, mas que ainda não incorporava adequadamente a participação dos camponeses no episódio.

Os mais recentes estudos têm se debruçado sobre este grupo social, entendendo que ele teve papel fundamental no desenrolar da guerrilha e sua repressão (Mechi, 2012). Discute-se que tanto para os guerrilheiros, quanto para os militares, o contato e a colaboração da população local foi decisiva, e é a partir dos relatos dos camponeses que está sendo recuperado muito da experiência social dos guerrilheiros, mas também das formas repressivas que foram utilizadas pelas Forças Armadas na região.

Outro aspecto sempre presente na militância dos familiares dos mortos e desaparecidos e que vem ganhando maior problematização na produção acadêmica refere-se à temática dos Direitos Humanos. No episódio da guerrilha do Araguaia e nas falas dos camponeses atingidos há diversos elementos que permitem aos pesquisadores recuperar a sua sistemática e contínua violação no Araguaia.

Nos primeiros meses após a descoberta de militantes de esquerda na área – as Forças Armadas não sabiam ainda que se tratava de uma guerrilha organizada pelo PCdoB – foram enviadas para a região tropas comuns, mobilizadas nas proximidades compostas principalmente de policiais militares e recrutas do Exército. Ao abordarem a população para procurar descobrir elementos para enfrentar o inimigo ainda desconhecido, utilizaram largamente prisões arbitrárias e também interrogatórios. A Sr<sup>a</sup> Maria Madalena, em seu relato, releva aspectos que iluminam as formas de relacionamento entre as primeiras tropas e os camponeses:

Eles chegaram na casa de meu pai, aí prenderam meu pai, aí saíram tocando meu pai igualmente se toca um porco né, aí minha mãe saiu atrás com nós chorando, aí eles mandou nós calar a boca né. Aí chegamos na Vila de Santa Cruz, aí eles colocaram meu pai intimado em cima de uma areia quente né, no sol quente, na areia quente o dia todo sem comer e sem beber. E nós chorando ao redor e eles mandando nós ir embora, sair de lá né, aí depois nós ficamos sem ter onde se ranchar né, no meio da rua, no meio da vila lá, aí uma comadre da minha mãe foi que pegou nós, levou pra casa dela e deu comida pra nós, entendeu? Aí ficamos sem direito de voltar na terra (...) aí eles tocaram fogo na nossa casa também (...) ficamos só com a roupa do corpo. (depoimento concedido em 25 de abril de 2008, em São Geraldo do Araguaia - PA)

O relato da Sr<sup>a</sup> Maria Madalena evidencia a desestruturação familiar provocada pela forma de abordagem utilizada pelas forças repressivas: “buscava-se o chefe da família, que era submetido as mais diversas formas de tortura, visando colher qualquer tipo de informação sobre a atividade guerrilheira. Em alguns casos, marido e mulher, ou mesmo a família toda era submetida a torturas” (Mechi, 2012: 104).

Sua fala também traz à tona outra prática que foi comum durante a repressão à guerrilha do Araguaia e cujo impacto extrapola esse episódio, se refletindo até

hoje na vida da comunidade: a privação dos meios de subsistência dos camponeses, que tiveram suas casas e roças sistematicamente queimadas, além de serem expulsos de suas terras.

Muitas das áreas que eram posses de camponeses nos anos setenta, hoje integram os latifúndios da região, que ganharam força com a repressão à guerrilha. Esta forma de relacionamento das forças repressivas com a população, entretanto, não foi exclusividade do Araguaia e pode ser percebida em outros movimentos de luta no campo, como os movimentos dos camponeses das Ligas Camponesas, de Porecatu e da Revolta Camponesa de Trombas e Formoso. Neste último, a repressão aos camponeses também se desenvolvia de forma semelhante à que relatam os camponeses do Araguaia. “A prisão, um caixote de madeira que cheirava a sangue, os espancamentos e a queima de roças e de casas, além da presença do jagunço aterrorizando os camponeses foi constante nos conflitos em torno da posse de terra” (Abreu, 2002).

Na repressão à guerrilha, estas práticas, identificadas também em outros movimentos camponeses, tornaram-se cotidianas. Entretanto, no Araguaia, uma especificidade da atuação das forças repressivas junto aos camponeses é que “o ataque era indiscriminado, atingindo um número muito grande de camponeses, diferente de outros movimentos, nos quais se contam os ataques às roças e casas às dezenas, no Araguaia eram centenas” (Mechi, 2012: 107).

Entre os camponeses, as prisões recorrentes eram comuns. O Sr. João Moreira relata que foi preso cinco vezes durante a guerrilha. Durante as prisões foi torturado e teve o pulso quebrado. “Foi mantido preso numa cela feita de arame farpado e coberta com palha, na base de Xambioá”<sup>4</sup>.

A forma mais utilizada de repressão e intimidação dos camponeses foi a queima das roças e das casas, que tinha como uma de suas finalidades desencorajar os moradores a prestarem auxílio à guerrilha, buscando “matá-la de fome”. Ter ajudado os guerrilheiros com os alimentos produzidos para sua subsistência muitas vezes significou ao camponês prisão e tortura:

Poucas semanas antes dos combates da última campanha das Forças Armadas, pessoas que tinham tido algum contato com os guerrilheiros foram presas. Todas elas, principalmente aqueles que forneceram um prato de comida e/ou com suspeitas de colaborarem com a guerrilha, foram conduzidas às dependências do campo de concentração de Bacaba. Roças foram queimadas e casas derrubadas. Possivelmente muitos tenham sido mortos sob tortura. (Nascimento, 2000: 140-1)

Como se vê, durante a guerrilha, houve diversas formas de reprimir o movimento que afetaram os moradores. Uma das mais mencionadas nos relatos dos

---

<sup>4</sup> Depoimento concedido em 14 de abril, na cidade de São Geraldo do Araguaia - Pará.

camponeses foi a prisão em massa. Cerca de 300 moradores da área da guerrilha foram presos e levados para a sede do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (Dnit), também conhecida como “Casa Azul”. Nela funcionava uma base militar, que se localizava na região de Bacaba. Lá, além das prisões, diversos moradores sofreram com as torturas contra eles empregadas, além de relatarem terem vistos guerrilheiros presos, os mesmos que hoje estão desaparecidos, como é o caso da guerrilheira Rosinha - Maria Célia Corrêa (Mechi, 2012: 121).

Os apontamentos anteriores, sem a pretensão de explorar exaustivamente os métodos repressivos utilizados pelas Forças Armadas durante a guerrilha, servem de ponto de partida para a reflexão sobre a necessidade de estudos interdisciplinares entre áreas do saber como a História e a Arqueologia.

Nos relatos e situações repressivas mencionadas fica demonstrado que existem possibilidades de investigações arqueológicas e que estas podem iluminar pontos que a historiografia não é capaz de elucidar. O cruzamento da documentação escrita com os depoimentos podem ser objetos de futuras prospecções (Funari, 2010: 56-7), na medida em que estas fontes permitem identificar locais em que ocorreram violações de Direitos Humanos na guerrilha, contribuindo para o desenvolvimento de novos conhecimentos sobre a história da região e, conseqüentemente, da guerrilha.

Um aspecto que pode enriquecer o estudo da guerrilha, ainda pouco trabalhado por estudiosos, é as formas repressivas utilizadas pelos militares, que deixaram vestígios materiais decorrentes da utilização de forças irregulares, já que logo nas primeiras operações foi constatada a inviabilidade da utilização de tropas regulares para reprimi-la.

Para levar a cabo a missão de exterminar a guerrilha foram necessárias três investidas oficiais. Entretanto, apenas quando os militares utilizaram táticas de guerrilhas e da conhecida “guerra suja” é que se saíram vitoriosos. Este aspecto deixa claro que, no contexto do Araguaia, de selva densa, população rarefeita e com guerrilheiros relativamente adaptados à região, a derrota dos exércitos em suas formações convencionais eram iminentes. A destruição da guerrilha adveio apenas quando do abandono dos métodos tradicionais, utilizando-se técnicas de guerrilhas que têm origens primitivas, que já ocorreu em campanhas de exércitos conhecidos pelo mundo, como indica Lawrence H. Keeley (Keeley, 2011: 181-2).

Exemplo disto se verifica no relato da Sr<sup>a</sup> Maria Madalena, citado anteriormente, quando a camponesa afirma que se buscou prender e torturar o chefe da família. Outro aspecto de guerra primitiva ou de guerrilha é negar-lhes os meios de subsistência, destruindo as suas produções, seja por vandalismo ou por roubo, também foram procedimentos desenvolvidos pelos militares na região.

Sequestros de mulheres e crianças também podem ter incidido, segundo apontam os depoimentos descritos por Mechi (Mechi, 2012), além de promover o terror na região (Heeley, 2011: 338), para que os camponeses abandonem suas terras.

Acrescente-se ainda que os militares, quando de suas atuações na região do Araguaia durante a guerrilha, utilizaram uma tortura pouco conhecida no Brasil, mas que pode guardar similaridade com outros episódios de repressão no campo: o “buraco do Vietnã”, cujo nome remete à famosa guerra travada entre os Estados Unidos e o Vietnã do Sul, entre os anos de 1955 e 1975. O “buraco do Vietnã”, portanto, teve vigência na região do Araguaia no mesmo período em que se desenvolvia a guerra no sudoeste asiático, marcado pela derrota da grande potência e pela utilização de táticas de guerra não convencionais pelos combatentes vietnamitas, os *vietcongs*. A existência do “buraco do Vietnã” aparece recorrentemente na fala dos moradores e consistia em:

Um buraco com uma grade de ferro por cima, onde o preso era colocado junto com animais rasteiros – como insetos (formigas, aranhas, besouros) e animais não peçonhentos como o calango – e ali permanecia por dias, tomando sol e chuva. Sua alimentação e suas necessidades fisiológicas eram realizadas ali (Mechi, 2013: 29).

Além deste, os moradores também fizeram menção a um “buraco de sal”, em que o espaço de encarceramento, a céu aberto, era revestido desse mineral. Segundo o depoimento do Sr. Dejacir de Souza<sup>5</sup>, preso em Xambioá (Tocantins) na época da guerrilha, após ser torturado, os militares o encarceraram num buraco revestido de sal, que provocava fortes dores nas feridas abertas durante a tortura.

Outros moradores da região, como o Sr. João Moreira<sup>6</sup> e o Sr. “Precatão”<sup>7</sup> relataram a existência de outras formas de prisões na região durante o período. Não em buracos, mas em cercas feitas de arame farpado ou mesmo palha, a céu aberto.

Os depoimentos dos moradores são fundamentais para que se possam investigar essas formas de encarceramento, feitos de forma clandestina, sem registro oficial, e para que se possam dimensionar os impactos dessas práticas sobre as comunidades atingidas. Trata-se de uma tarefa difícil, dada a mudança na paisagem

---

5 Entrevistado pela equipe do projeto “Memória, Verdade e Justiça no Tocantins”, vinculado ao projeto “Marcas da Memória” do Ministério da Justiça, em abril de 2014, no município de Tocantinópolis (Tocantins).

6 Depoimento concedido em 14 de abril, na cidade de São Geraldo do Araguaia - Pará.

7 Entrevistado pela equipe do projeto “Memória, Verdade e Justiça no Tocantins”, vinculado ao projeto “Marcas da Memória” do Ministério da Justiça, em abril de 2014, no município de Xambioá (Tocantins).

e a idade avançada de muitos dos que estiveram nelas e sabiam sua localização. Contudo, suas falas dão indícios de que esta prática extrapola a guerrilha, podendo ter sido utilizada em eventos mais recentes, em particular nos conflitos de terra ocorridos na região a partir dos anos de 1980.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

Consideramos que parte importante da história da ditadura civil-militar brasileira ainda está encoberta. Estaria encoberta por um véu que esconde as ações de agentes de estado que cometeram crimes que lesam a humanidade, negando às famílias dos desaparecidos o direito de sepultar os restos mortais de seus entes queridos, negando à sociedade brasileira compreender, em toda a sua plenitude, este período triste de nosso passado.

Este quadro tem sido vivamente combatido por entidades ligadas aos direitos humanos. Entidades que lutam, entre outras coisas, pela revisão ou revogação da Lei de Anistia de 1979, visto que esta se trata de uma lei de se anistiar a si próprio, que protege, na verdade, a muitos dos criminosos e que não está em consonância com os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

As famílias dos desaparecidos ainda aguardam os corpos para os justos e devidos enterros. Esperam também esclarecimentos e indenizações do estado, por ocultação de cadáveres, sequestro, desaparecimentos, assassinatos etc. Essas mesmas famílias lembram que os criminosos não podem continuar impunes. Além dos militantes mortos, há mães desses desaparecidos, que também foram mortas, por reivindicarem a volta dos seus filhos ou a entrega dos corpos. Esses são vestígios de um estado terrorista.

O estado brasileiro foi condenado na corte internacional das Américas a dar conta dos corpos dos desaparecidos e acertar definitivamente as contas com a sua história e com aqueles que perderam a vida, mas deixaram um legado histórico de luta. Sejam os parentes dos guerrilheiros do Araguaia, sejam dos camponeses que por lá atuaram, sejam outros tantos que sofreram nos cárceres. Sofreram com diversas formas de tortura, com a repressão política e muitos ficaram presos e passaram por todos os tipos de abusos por muitos anos. Alguns tantos estão com as lembranças marcadas em seus corpos, ficaram com diversas sequelas da época.

Com passos lentos, o estado e a sociedade brasileira avançam, a exemplo de sindicâncias promovidas pelas próprias instituições militares, Aeronáutica, Marinha e Exército. Segundo o coordenador da CNV (Comissão Nacional da Verdade), Pedro Dallari:

Essa iniciativa é um fato inédito na história das Forças Armadas, que nunca haviam se predisposto a fazer esta investigação. É um gesto de reconhecimento de que graves violações de direitos foram uma realidade nesses estabelecimentos. As Forças Armadas entenderam que precisam contribuir com a sociedade no esclarecimento

do que ocorreu<sup>8</sup>.

A ditadura agiu com a mesma truculência em outras áreas, sejam sociais, culturais, políticas, econômicas e outras. Assim, vários segmentos culturais também arcaram com perdas de todas as ordens, inclusive os indígenas<sup>9</sup>. Esses últimos somente agora passaram a receber atenção das entidades que investigam os crimes da ditadura e que já revelam o barbarismo a que este grupo social foi submetido, preso em campos de concentração<sup>10</sup>.

Os muitos vestígios deixados na região do Araguaia podem, por meio dos estudos arqueológicos e também da arqueologia forense, contribuir para elucidar mais e melhor parte da nossa história ainda não contada, nem esclarecida. Afinal, esse é um dos papéis da Arqueologia como ciência, contribuir para a ampliação dos saberes sobre nosso passado comum.

As diversas violações que ocorreram no Araguaia dão a dimensão de uma história ainda por ser contada, em particular as histórias de violência nos meios rurais. As pesquisas sobre os “buracos do Vietnã” e outras formas de encarceramento precárias e clandestinas, a céu aberto, podem lançar luzes sobre as práticas terroristas de um Estado que continuamente violava sua própria legalidade, identificando se estas práticas de fato desapareceram com o fim da ditadura, ou se mantiveram como instrumento de coerção sobre os habitantes do campo, o que leva, conseqüentemente, às novas problematizações sobre violência e Direitos Humanos no Brasil.

Os arqueólogos em ação na região da guerrilha, com os vestígios em mãos, podem contribuir para os esclarecimentos, a partir das técnicas e interpretações, cooperando para a construção da memória social. Dessa forma, a ciência arqueológica é colaborativa com as práticas dos Direitos Humanos. Exumar eventos dolorosos também é um fazer arqueológico, haja vista toda a produção científica já realizada nessa área, especialmente na América Latina (Funari. et al., 2008).

---

8 <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/04/01/pela-1-vez-forcas-armadas-reconhecem-violacoes-na-ditadura-diz-coordenador-da-cnv.htm>. Acesso em: 12 de abril de 2014.

9 [http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/04/19/interna\\_politica,361411/relatorio-figueiredo-que-mostra-exterminio-de-aldeias-e-encontrado.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/04/19/interna_politica,361411/relatorio-figueiredo-que-mostra-exterminio-de-aldeias-e-encontrado.shtml). Acesso em: 14 de março de 2014.

10 <http://reporterbrasil.org.br/2014/04/ditadura-criou-campos-de-concentracao-indigenas/>. Acesso em: 20 de abril de 2014. Ver também: <http://outras-palavras.net/outrasmidias/?p=17064>. Acesso em: 20 de abril de 2014.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, S. de B. 2002. *De Zé Porfírio ao MST: A luta pela terra em Goiás*. André Quicé Editor, Brasília.
- CARVALHO, A. V. de & FUNARI, P. P. A. 2009. A importância da Arqueologia Forense na construção das memórias perdidas nos períodos ditatoriais latino-americanos. In: SOARES, I. V. P. & KISHI, S. A. S. (coord.). *Memória e verdade: a justiça de transição no estado democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum.
- CARVALHO, A. V. de & FUNARI, P. P. A. 2009. Arqueologia forense como arqueologia pública: estado da arte e perspectivas para o futuro no Brasil. In: CARVALHO, A. V. de; SOARES, I. V. P.; FUNARI, P. P. A. & SILVA, S. F. S. M. *Arqueologia, direito e democracia*. Habilis, Erechim.
- COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; INSTITUTO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO; GRUPO TORTURA NUNCA MAIS. 1996. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Imprensa Oficial do Estado, São Paulo.
- DIAS FILHO, C. R. 2009. Entomologia forense e remanescentes humanos. In: CARVALHO, A. V. de; SOARES, I. V. P.; FUNARI, P. P. A. & SILVA, S. F. S. M. *Arqueologia, direito e democracia*. Habilis, Erechim.
- FUNARI, P. P. A. 2010. *Arqueologia*. Contexto, São Paulo.
- FUNARI, P. P. A. 2013. "Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências". *Ciência e Cultura* [online]. Vol.65, n.2.
- FUNARI, P. P. A. & SOARES, I. V. P. No prelo. *Arqueologia da resistência e dos direitos humanos*.
- FUNARI, P. P.; ZARANKIN, A. & REIS, J. A. dos. 2008. *Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. AnnaBlume e FAPESP. São Paulo
- GRUPO DE TRABALHO ARAGUAIA. *Relatório de conclusão. 04 de novembro de 2011*, fl 22. Disponível em: <http://2ccr.pgr.mpf.gov.br/coordenacao/grupos-de-trabalho/justica-de-transicao/relatorios-1/relatorio-final-gta-2011/Relatorio%20Final%20de%202011.PDF> acessado em: 10 de julho de 2012.
- <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/04/01/pela-1-vez-forcas-armadas-reconhecem-violacoes-na-ditadura-diz-coordenador-da-cnv.htm>
- <http://outras-palavras.net/outrasmidias/?p=17064>

<http://reporterbrasil.org.br/2014/04/ditadura-criou-campos-de-concentracao-indigenas/>

[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/04/19/interna\\_politica,361411/relatorio-figueiredo-que-mostra-exterminio-de-aldeias-e-encontrado.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/04/19/interna_politica,361411/relatorio-figueiredo-que-mostra-exterminio-de-aldeias-e-encontrado.shtml)<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoas.php?m=3>  
. Acesso em 20 de abril em 2014.

JIMÉNEZ, J. V. 2007. *Bacaba – Memórias de um guerreiro de selva da guerrilha do Araguaia*. Editora do Autor, Campo Grande.

JUSTAMAND, M.; MECCHI, P. S. & FUNARI, P. P. A. No prelo. *Repressão política e direitos humanos: arqueologia, história e memória da ditadura militar brasileira*. Editora da UFT, Palmas.

KEELEY, L. H. 2011. *A guerra antes de civilização*. Trad. Fábio Faria. É Realizações, São Paulo.

MECCHI, P. S. 2012. *Protagonistas do Araguaia: trajetória, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha*. Tese de Doutorado, PUC-SP.

MECCHI, P. S. 2013. Contra a revolução, a barbárie. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Dossiê Guerrilhas. N. 90.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Procuradoria da República do Pará. 2001. *Inquérito Civil Público. Assunto: Direitos Humanos. Guerrilha do Araguaia. Investigação visando localizar os restos mortais de vítimas da repressão política*. Pará.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Procuradorias da República do Pará, São Paulo e Distrito Federal. 2002. *Relatório Parcial das Investigações sobre a guerrilha do Araguaia*. Brasília.

MORAIS, T. & SILVA, E. 2005. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia*. Geração Editorial, São Paulo.

NASCIMENTO, D. M. 2000. *Guerrilha do Araguaia: Paulistas e militares na Amazônia*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará.

S. NAVARRETE, R. e LÓPEZ, A. M. Y. Rabiscando atrás das grades: grafites e imaginário político-simbólico no Quartel San Caelos (Caracas/Venezuela). 2008. In: FUNARI, P. P.; ZARANKIN, A. & REIS, J. A. dos. *Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. AnnaBlume e FAPESP, São Paulo.

SOARES, I. V. P. & KISHI, S. A. S. 2009. *Memória e verdade: a justiça de transição no estado democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum.

ZARANKIN, A. e FUNARI, P. P. A. 2009. “Brilho eterno de uma mente sem lembranças”: arqueologia e construção da memória da repressão militar na América do Sul (1960-1980). In: CARVALHO, A. V. de; SOARES, I. V. P.; FUNARI, P. P. A. & SILVA, S. F. S. M. *Arqueologia, direito e democracia*. Habilis, Erechim.

ZARANKIN, A. & NIRO, C. 2008. A materialização do sadismo: arqueologia da arquitetura dos Centros Clandestinos de Detenção da Ditadura militar argentina (1976-1983). In: FUNARI, P. P. A.; ZARANKIN, A. & REIS, J. A. dos. *Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. AnnaBlume e FAPESP, São Paulo.